

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**

**RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU**  
**ÁREA DE CORREIÇÃO 2021**

**DEZEMBRO**  
**2021**

# **CRE** CORREGEDORIA **REGIONAL** **AC** ELEITORAL **DO ACRE**

Desembargador LUÍS VITÓRIO CAMOLEZ  
**Corregedor Regional Eleitoral do Acre**

## **Coordenação**

Ronei Gomes de Oliveira

## **Gabinete**

Francisco Cláudio Barbosa Da Silva  
Bianka da Costa Cardoso de Melo

## **Assessoria**

Juliano Raimundo Cavalcante

## **Seção de Orientação e Correição - SOC**

Cleilton de Nazaré Costa, chefe

## **Seção de Cadastro Eleitoral e Processos Específicos - SCPE**

Altamiro Dantas Cruz, chefe  
Devanil Maria Luz, assistente

## **Seção de Direitos Políticos - SDP**

Eronilson Martins Cordeiro, chefe  
Drielly Sarkis Botelho, assistente



## RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO 2021

À exceção da atividade contínua de supervisão e orientação dos serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição, anualmente, conforme artigo 24, “caput”, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, é realizada a correção ordinária dos serviços eleitorais em todos os 9 (nove) Fóruns Eleitorais das zonas do estado do Acre, sem prejuízo de realização de correção extraordinária, em caso de denúncia ou sempre que detectada tal necessidade, consoante dispõem os artigos 56 e 57 da Resolução TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003.

Considerando que a Resolução nº 23.615, de 19 de março de 2020 do TSE, prorrogada por prazo indeterminado pela Portaria nº 265, de 24 de abril de 2020, estabeleceu o regime de Plantão Extraordinário, no âmbito da Justiça Eleitoral, uniformizando o funcionamento dos serviços judiciários e garantindo o acesso à justiça durante o período emergencial, objetivando prevenir o contágio pelo Novo Coronavírus (COVID 19), e a antagônica necessidade de analisar se a situação dos servidores e as condições gerais de trabalho, dos equipamentos, do mobiliário e das instalações físicas em geral, encontravam-se em conformidade com a situação desejada pela Justiça Eleitoral, o Corregedor Regional Eleitoral determinou a realização de correções por meio da modalidade





Corregedoria-Geral (CGE) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), também, observadas as previsões contidas na Resolução TSE nº 21.372/2003, além do Provimento nº 01/2020, alterado pelo Provimento nº 01/2021, expedido pela Corregedoria Regional Eleitoral do Acre. Oportunidade que foram verificadas as principais atividades administrativas,

conforme roteiro fixado pelo Provimento nº 09/2010 da Corregedoria-Geral Eleitoral, de acordo com os itens abrangidos no Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais – SICEL.

A sistemática compreendeu em uma análise preliminar pela equipe da Corregedoria, verificando-se os feitos dos Processos Judiciais Eletrônicos – PJE em tramitação nas unidades, com foco no cumprimento das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça, as atividades administrativas, como atendimento ao eleitor, o tratamento das duplicidades de inscrição e registros de ASEs no Sistema ELO e o processamento das informações de direitos políticos, a posteriori, mediante a modalidade presencial, foram verificadas a situação dos servidores e as condições gerais de trabalho, dos equipamentos, do mobiliário e das instalações físicas em geral.

As constatações resultantes da correição foram individualizadas e consolidadas nos relatórios do Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais (SICEL), relatórios dos processos em tramitação, registros fotográficos, atas e relatórios de correição presencial que fazem parte do procedimento SEI nº 0001027-09.2021.6.01.8000 e ao Processo PJe Cor nº 0000001-20.2021.2.00.0601.

O conhecimento do resultado e as providências determinadas a cada Fórum Eleitoral estão consignadas nos procedimentos retro informados. Ademais, de imediato, foi dada ciência à Administração do Tribunal e solicitadas as medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços, de acordo com cada caso.

Registra-se ainda que, nos termos do artigo 24, II, do Regimento Interno, incumbe ao Corregedor promover a instauração de procedimento prévio ou de sindicância, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, para apurar notícia de irregularidade praticada por juízes eleitorais, bem como, propor ao Tribunal a abertura de processo administrativo disciplinar, aplicando-se o previsto na Resolução CNJ n. 135/2011, sem prejuízo de outras normas correlatas (Resolução TSE n. 7.651/65).

Dos processos examinados, verificou-se que os Fóruns Eleitorais não apresentaram aspectos que colocassem em risco o cumprimento das metas processuais do CNJ-2021. Os trabalhos correccionais fluíram normalmente e sem intercorrências. Chegando-se a conclusão que as unidades inspecionadas mantêm os Fóruns Eleitorais organizados, com as atividades em ordem, não obstante, necessitando de pequenos ajustes apontados nos relatórios, sendo, portanto, determinado pelo Excelentíssimo Corregedor que fossem tomadas algumas medidas pelo Juízos Eleitorais e Diretoria Geral, para que se alcançasse a situação esperada nas referidas unidades.

Dessa forma, durante o exercício, não houve constatação de irregularidades, sejam de ofício ou por denúncias, que ensejassem a instauração de procedimentos específicos de investigação ou disciplinares com o intuito de apurar danos ao Erário, fraudes ou corrupção em face de juízes eleitorais (1º grau de jurisdição).

Por fim, o Excelentíssimo Senhor Corregedor determinou que as unidades da Corregedoria Regional Eleitoral, acompanhassem as medidas adotadas pelos Fóruns Eleitorais e pela Administração do Tribunal, relativas à sobredita atividade correcional.